



A China aos saldos na Europa

EM OUTUBRO, os líderes da zona euro pedincharam a Pequim investimento para reforçar o Fundo Europeu de Estabilidade Financeira (FEEF). Ficaram de mãos a abanar: porque havia a RP China de investir no Fundo de Estabilidade, se ricos Estados europeus, Alemanha à cabeça, se eximiam a fazê-lo?

Já desde 2008, Papandreou, Sócrates e Zapatero tentavam vender aos chineses, a preços

Ana Gomes
Deputada do PS
no Parlamento Europeu

de saldo, participações em empresas e bases logísticas. O desbarato continua: o Estado português está a considerar ceder o controlo da estratégica EDP ao Estado chinês, cortesia do neoliberal Passos Coelho.

Ao contrário de África, onde assegura recursos naturais, a China vem à Europa, sobretu-

do, comprar tecnologia avançada, incluindo no sector da Defesa, com inegáveis desígnios estratégicos. Por seu lado, os europeus negociam em posição de fraqueza com uma potência não democrática, não respeitadora do ambiente, da saúde pública e dos direitos humanos, incluindo os laborais.

VIVEMOS já na interdependência entre China e Europa, que hoje absorve



e a Cimeira de Bruxelas

23% das exportações chinesas. Entre 2002 e 2011, o PIB da zona euro cresceu à média de 2% e o da China a 9%: o *superavit* comercial da China com a Europa mais do que triplicou, constituindo o maior desequilíbrio comercial a nível mundial.

O que quaisquer investidores mais procuram é segurança para os seus investimentos, que a UE não tem inspirado. A China tem excesso de reservas

estrangeiras e pode ser fonte da liquidez de que a Europa precisa. A questão é em que condições, a que preço para a autonomia estratégica da própria Europa.

ESTA Cimeira pode dar a volta à crise, abrindo caminho ao controlo federal dos orçamentos e do endividamento dos Estados, ao criar uma nova entidade soberana na eurozona, através da mu-

tualização da dívida e do reforço da capacidade financeira do FEEF ou do BCE.

Mas isso exige um convincente compromisso de apoio em recursos por parte dos membros mais ricos. Assim dá-se tempo e espaço para operar as mudanças institucionais necessárias para garantir unidade fiscal e disciplina orçamental. A dívida da zona euro torna-se gerível, podendo fazer investidores

externos como a China e outros virem a correr investir nela. A custos controlados e sem comprometer a independência da Europa.

Se, pelo contrário, a Cimeira embarcar numa fuga para a frente, lançando a revisão dos tratados - que, respeitando métodos democráticos, nunca será rápida, nem limitada - sem cuidar de tomar as medidas de curto prazo que se impõem, agudiza-se o risco de

falhanço sistémico do euro e dos bancos europeus.

EM SUMA, as condições em que China e outros investidores poderão financiar a Europa vão ser determinadas nesta Cimeira. Tudo depende de a eurozona resolver o problema colectivamente. Se cada um dos países tiver de agir por si só, a China nem precisa de vir aos saldos: a UE trespassa-se.